

Entre violência herdada e ruptura: decolonialidade e infância em *Longe de mim*, de Lindevania Martins /

Between inherited violence and rupture: decoloniality and childhood in ‘Longe de mim’, by Lindevania Martins

*Patricia de Sousa Silva**

Doutoranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Maranhão (PPGLEtras/UEMA). Mestre em Letras/Literatura pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), na área de concentração Linguagem, Cultura e Discurso. Especialista em Ensino de Literatura pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

 <https://orcid.org/0009-0006-1602-1326>

*Deyse Gabriely Machado Brito Cordeiro ***

Doutoranda em Letras pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), sendo bolsista FAPEMA. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Bacabal (PGLB), da Universidade Federal do Maranhão (2023), e graduada em Letras Português pela mesma instituição (2021). Integra o grupo de pesquisa Marginalia, com foco em literaturas de minorias sob a perspectiva decolonial.

 <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0001-6000-8985>

Recebido em 31 mar. 2026. **Aprovado** em: 22 jul. 2026.

Como citar este artigo:

SILVA, Patrícia de Sousa; CORDEIRO, Deyse Gabriely Machado Brito. Entre violência herdada e ruptura: decolonialidade e infância em *Longe de Mim*, de Lindevania Martins. *Revista Letras Raras*. Campina Grande, v. 15, n. 2, e7498, set. 2026. DOI: 10.5281/zenodo.22541940.

RESUMO

Este artigo analisa o conto *Longe de Mim* (2019), da escritora contemporânea Lindevania Martins, a partir de uma perspectiva decolonial, com o objetivo de compreender como a colonialidade de gênero estrutura a experiência de maturidade precoce da protagonista. A narrativa problematiza a noção universalizada de infância ao apresentar a trajetória de Josi, uma menina inserida em um contexto de vulnerabilidade social, marcado pela violência doméstica e pela instabilidade afetiva. Nesse cenário, a infância deixa de se configurar como espaço de proteção e passa a ser atravessada por exigências que antecipam responsabilidades e por formas de violência de gênero, impondo uma

*

 professorapatricia12345@gmail.com

**

 deysemb19@gmail.com

compreensão precoce do mundo adulto. O estudo desenvolve uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e interpretativo, por meio da análise crítica da narrativa, fundamentada nas contribuições teóricas de Walter Mignolo (2017), María Lugones (2020), Lélia Gonzalez (2020) e Rita Segato (2021). Parte-se da hipótese de que a adultização não constitui um fenômeno isolado, mas resulta de heranças históricas de subordinação produzidas pela colonialidade. A análise evidencia que as dinâmicas de exclusão, articuladas às relações de gênero e às desigualdades socioeconômicas, incidem diretamente sobre a experiência da infância. Ademais, ao inscrever um gesto inesperado de ruptura, a narrativa também aponta para a possibilidade de fissuras nesse ciclo de violência, evidenciando o potencial da literatura como espaço de problematização crítica das permanências coloniais.

PALAVRAS-CHAVE: Decolonialidade; Infância; Adultização; Colonialidade de Gênero.

ABSTRACT

*This article analyzes the short story *Longe de Mim* (2019), by the contemporary writer Lindevania Martins, from a decolonial perspective, with the aim of understanding how the coloniality of gender structures the protagonist's experience of adultization. The narrative problematizes the universalized notion of childhood by presenting the trajectory of Josi, a young girl living in a context of social vulnerability marked by domestic violence and emotional instability. In this setting, childhood ceases to function as a space of protection and becomes permeated by demands that anticipate adult responsibilities and by forms of gender-based violence, imposing a premature understanding of the adult world. This study adopts a qualitative, bibliographic, and interpretive approach, conducting a critical analysis of the narrative based on the theoretical contributions of Walter Mignolo (2017), María Lugones (2020), Lélia Gonzalez (2020), and Rita Segato (2021). It is grounded in the hypothesis that adultization is not an isolated phenomenon but rather the result of historical legacies of subordination produced by coloniality. The analysis demonstrates that dynamics of exclusion, articulated through gender relations and socioeconomic inequalities, directly shape the experience of childhood. Furthermore, by inscribing an unexpected gesture of rupture, the narrative also points to the possibility of disrupting this cycle of violence, highlighting the potential of literature as a space for the critical problematization of the enduring legacies of coloniality.*

KEYWORDS: Decoloniality; Childhood; Adultization; Coloniality of Gender.

1 Introdução

A literatura brasileira contemporânea tem se mostrado um espaço fecundo para a problematização de experiências historicamente marginalizadas, sobretudo aquelas que dizem respeito às infâncias atravessadas por desigualdades estruturais. Nesse horizonte, o conto *Longe de Mim*, de Lindevania Martins, insere-se como uma narrativa que tensiona a ideia de infância enquanto etapa protegida e universal, ao expor uma trajetória marcada pela violência, pela precariedade e pela antecipação de responsabilidades. Longe de configurar apenas um relato individual, o conto mobiliza questões mais amplas, vinculadas às condições sociais que produzem e regulam determinadas formas de existência.

Publicado em 2019, o conto articula, em uma linguagem direta e sensível, a vivência de uma menina que cresce em um ambiente doméstico instável, atravessado pela presença recorrente de figuras masculinas e por relações marcadas pela vulnerabilidade econômica e afetiva. Nesse cenário, a casa transforma-se em um espaço de tensão e risco, no qual se

revelam dinâmicas de poder que incidem diretamente sobre os corpos femininos. A narrativa, assim, desloca o olhar para o interior das relações cotidianas, revelando como estruturas históricas mais amplas se materializam na experiência concreta das personagens.

A protagonista Josi ocupa o centro dessa trama como sujeito diretamente implicado nos conflitos que atravessam o ambiente familiar. Ao longo do conto, a menina é progressivamente conduzida a assumir funções e responsabilidades que excedem os limites legais atribuídos a uma infância saudável. Esse deslocamento se intensifica à medida que ela se vê exposta a situações de violência e a dinâmicas afetivas que exigem dela uma compreensão precoce do mundo adulto. O conflito narrativo se constrói, portanto, na tensão entre aquilo que seria esperado de sua condição infantil e as exigências concretas impostas por sua realidade, o que permite, assim, perceber uma experiência marcada, sobretudo, pelo que Lugones (2020) chama de colonialidade de gênero, uma vez que as opressões de raça, classe e gênero se articulam e produzem formas específicas de violência e subalternização historicamente naturalizadas, o que é problematizado no conto.

É nesse ponto que se torna central o conceito de maturidade precoce, compreendido, neste artigo, não como um traço individual da personagem, mas como um efeito de condições sociais específicas. A experiência de Josi mostra como determinadas infâncias são atravessadas por processos que antecipam responsabilidades, reconfiguram afetos e restringem possibilidades de vivência, produzindo trajetórias nas quais a infância, tal como concebida pela modernidade, não chega a se efetivar plenamente.

Essa compreensão aproxima-se da perspectiva da Sociologia da Infância proposta por Manuel Jacinto Sarmiento (2009), para quem a infância constitui uma categoria social historicamente construída e marcada por profundas diferenciações internas. Nessa perspectiva, não existe uma infância universal, mas múltiplas infâncias produzidas em contextos sociais, culturais e econômicos distintos, o que permite compreender por que determinadas crianças são sistematicamente privadas das condições historicamente associadas ao viver infantil.

Diante disso, este estudo parte do seguinte problema de pesquisa: de que maneira a colonialidade do gênero estrutura a maturidade precoce da protagonista e contribui para a impossibilidade de uma experiência plena da infância? Considera-se, como hipótese, que, no conto, a adultização não emerge como evento isolado ou circunstancial, mas como expressão de uma herança patriarcal de violência e subordinação que atravessa gerações. Nesse sentido, a trajetória da protagonista não apenas reflete sua experiência individual, mas revela a

continuidade de arranjos históricos que condicionam as formas de viver, crescer e existir de meninas situadas em contextos de vulnerabilidade.

Ao articular literatura e pensamento decolonial, a análise proposta busca embasamento teórico em autores como Walter Mignolo (2017), María Lugones (2020), Lélia Gonzalez (2020) e Rita Segato (2021) para evidenciar como a narrativa de Lindevania Martins expõe os mecanismos pelos quais determinadas infâncias são sistematicamente negadas, principalmente àquelas marcadas por questões de raça, gênero e classe. Mais do que representar a perda da infância, o conto permite compreender as condições que tornam essa perda estruturalmente possível — e, em muitos casos, inevitável.

2 Colonialidade do gênero e herança patriarcal: continuidades geracionais da opressão

A compreensão das formas de violência e subordinação que atravessam as trajetórias femininas das personagens na literatura latino-americana contemporânea exige considerar a permanência das estruturas coloniais na organização das relações sociais, sobretudo quando se considera os vetores de classe social e racialidade. Nesse sentido, a noção de *colonialidade do poder*, formulada por Aníbal Quijano, torna perceptível como as hierarquias instauradas durante o processo de colonização continuam a organizar as sociedades modernas. Para o autor, a colonialidade constitui um padrão de poder duradouro que articula classificações raciais, econômicas e culturais, estruturando relações de dominação que persistem para além do colonialismo formal.

Conforme Quijano, a colonialidade do poder estrutura-se a partir da classificação racial produzida no contexto da colonização das Américas. Ele afirma que:

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. Posteriormente, a constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus (Quijano, 2005, p. 118).

Embora a formulação de Quijano tenha sido fundamental para explicitar a permanência das hierarquias coloniais nas sociedades contemporâneas, diversas autoras feministas

decoloniais apontaram a necessidade de ampliar essa perspectiva, incorporando a dimensão de gênero às análises da colonialidade. Entre essas contribuições, destaca-se a reflexão de María Lugones (2014), que propõe o conceito de *colonialidade do gênero* para evidenciar como o sistema moderno/colonial instaurou um regime específico de organização das relações entre homens e mulheres.

Para a autora:

“Colonialidade” não se refere apenas à classificação racial. Ela é um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas reações intersubjetivas (Lugones, 2014, p. 2-3).

Nessa perspectiva, o colonialismo não se limitou à exploração econômica e à dominação política, mas implicou também uma profunda reorganização das identidades de gênero. A imposição de um modelo patriarcal europeu produziu novas formas de hierarquização social, redefinindo papéis, sexualidades e lugares sociais atribuídos às mulheres. Nesse contexto, as mulheres — sobretudo aquelas situadas em contextos de vulnerabilidade social — passaram a ocupar posições estruturais de subordinação dentro de uma ordem que regula e controla seus corpos.

Nesse sentido, a estrutura patriarcal engendra relações de poder que atravessam diferentes esferas da vida social, desde as instituições até o espaço doméstico. Conforme observa Saffioti, na ordem patriarcal de gênero “o poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual” (2001, p. 31). Tal configuração mostra que as hierarquias de gênero não operam apenas como dispositivos isolados de dominação, mas como parte de um sistema social mais amplo, no qual desigualdades de gênero, raça e classe se articulam na produção e manutenção de posições assimétricas de poder.

Nesse contexto, a reprodução dessas estruturas não ocorre apenas por meio de instituições formais, mas também por processos cotidianos de socialização que se desenrolam no interior da vida familiar. As relações familiares tornam-se, sob essa ótica, um espaço privilegiado de transmissão de normas e expectativas que moldam as experiências de homens e mulheres desde a infância. É nesse ambiente que determinadas concepções sobre papéis de

gênero, sexualidade e autoridade são reiteradas e naturalizadas, produzindo efeitos que atravessam diferentes gerações.

A permanência dessas configurações evidencia que o patriarcado não se sustenta apenas pela imposição direta de formas de dominação, mas também pela persistência de práticas e valores hierárquicos que se reproduzem no interior das relações sociais. Sob essa perspectiva, a colonialidade do gênero atua como um mecanismo de longa duração que organiza as trajetórias femininas, produzindo itinerários marcados por assimetrias sociais persistentes e por expectativas culturalmente construídas que limitam a autonomia das mulheres. Assim, as condições de vulnerabilidade enfrentadas por muitas delas não resultam apenas de circunstâncias individuais ou momentâneas, mas de arranjos sociais que se reproduzem no tempo, transmitindo de geração em geração determinadas formas de subordinação e controle sobre os corpos femininos.

Nesse quadro, a família assume um papel central na reiteração desses sistemas de poder, haja vista que, como aponta Gerda Lerner (2019, p. 296), tal instituição “não apenas espelha a ordem do Estado e educa os filhos para que a sigam, mas também cria e sempre reforça essa ordem”. E, apesar de frequentemente ser associada à proteção e ao cuidado, a esfera familiar pode funcionar também como um espaço de reprodução das hierarquias sociais que organizam as relações de gênero.

É nesse ambiente que normas, expectativas e papéis sociais são continuamente transmitidos, naturalizados e incorporados, moldando trajetórias femininas frequentemente marcadas pela antecipação de responsabilidades e pela limitação da autonomia. Nesse sentido, Lerner (2019, p. 324) destaca que “onde quer que exista a família patriarcal, o patriarcado renasce sempre, mesmo que as relações patriarcais tenham sido abolidas em outros âmbitos da sociedade”. Nessa direção, a família não apenas reflete a ordem patriarcal mais ampla, mas constitui também um de seus principais mecanismos de continuidade histórica, assegurando a manutenção geracional das desigualdades que atravessam as experiências femininas.

No conto *Longe de Mim*, essa lógica se manifesta na trajetória da personagem Rosana, mãe da pequena Josi, cuja vida acaba por se organizar em torno da presença sucessiva de homens que ocupam temporariamente o espaço doméstico. A casa, pequena e precária, passa a ser um território de circulação masculina, no qual diferentes “tios” entram e saem da vida das personagens (mãe e filha), evidenciando uma dinâmica marcada pela instabilidade e pela dependência afetiva e econômica.

A naturalização dessas relações revela os efeitos da colonialidade do gênero na organização da vida cotidiana. A presença constante de homens no espaço doméstico não aparece apenas como resultado de escolhas individuais da personagem materna, mas como expressão de condições estruturais que limitam suas possibilidades de existência. Nesse contexto, a dependência masculina surge como estratégia de sobrevivência em um contexto social que historicamente restringe a autonomia feminina.

Dito isso, ao situar a história das personagens no interior das dinâmicas da colonialidade do gênero, torna-se possível captar que a maturidade precoce da protagonista Josi não constitui um evento isolado. Ao contrário, ela emerge das circunstâncias de abuso e violência vivenciadas por sua mãe, às quais a própria filha também é exposta e das quais igualmente se torna vítima. Assim, a trajetória da menina revela-se como resultado de um sistema histórico que atravessa gerações e, desde a infância, molda as experiências de mulheres cujas vivências são atravessadas pelos marcadores de raça e classe social.

À luz dessas considerações, sua experiência evidencia não apenas os efeitos imediatos das desigualdades de gênero, mas também a continuidade de um padrão histórico de opressão que se transmite entre gerações. A trajetória da protagonista revela, portanto, como as estruturas associadas à colonialidade do gênero e ao patriarcado não apenas moldam a vida das mulheres em um dado momento histórico, mas também se reproduzem ao longo do tempo, atravessando diferentes gerações e configurando vivências femininas marcadas pela antecipação de responsabilidades, pela exposição às situações de abuso e pela limitação das possibilidades de uma infância plenamente vivida.

2.1 Infâncias negadas: colonialidade e maturidade precoce

A compreensão da infância como uma etapa singular da vida humana, dotada de direitos e especificidades próprias, é resultado de um processo histórico e social que não se constituiu de maneira homogênea. Conforme Philippe Ariès (1986) a concepção moderna de infância, como uma fase protegida, é relativamente recente, sendo marcada pelas transformações ocorridas entre os séculos XVII e XVIII.

Embora Philippe Ariès (1986) tenha demonstrado que a infância é uma construção histórica e não uma realidade natural ou imutável, os estudos contemporâneos da infância ampliam essa perspectiva ao evidenciar que essa categoria também é atravessada por

profundas diferenciações sociais. Nesse sentido, Manuel Jacinto Sarmento (2009) desloca a discussão da historicidade da infância para a pluralidade das experiências infantis, mostrando que não existe uma infância única, mas múltiplas formas de vivê-la, condicionadas por fatores como classe, gênero, etnia e cultura. Como observa Sarmento, os contextos de vida das crianças são diversos:

[...] porque as condições estruturais da sociedade tendem a desigualizar e estratificar as diferentes categorias sociais a que as crianças também pertencem: a classe social, o gênero, a etnia, a cultura, a localização geográfica de residência, as diferenças físico-psicológicas (Sarmento, 2009, p. 18).

Partindo desse viés, visualiza-se como há distinções sobre o conceito e a experiência da infância tanto no âmbito diacrônico quanto no âmbito sincrônico. Quanto ao primeiro, a visualização do “ser” criança varia ao longo do tempo, à medida que essas, em sociedades como as medievais europeias, eram vistas como “adultos em miniatura”, participando ativamente das atividades adultas, compartilhando uma vida em comum, mas com as limitações estruturais do corpo mais frágil (Ariès, 1986). Por outro lado, já com a consolidação da concepção da infância como um período que deve ser concentrado à proteção e aos cuidados específicos, as nuances estruturais do mundo moderno — com as problemáticas sociais, econômicas, culturais, subjetivas e de gênero —, impedem plenamente a concretização das condições que garantiriam uma experiência realmente voltada à criança, daí a proposição de se apontar como as colonialidades atingem, também, a infância.

Pozzer (2018), ao discutir as relações entre colonialidade e infância, afirma que foi a partir do século XVIII que ocorreram as principais transformações na compreensão social da infância. Essas mudanças, contudo, voltaram-se sobretudo para as crianças pertencentes às famílias burguesas, que passaram a ser reconhecidas como sujeitos que demandavam formas específicas de cuidado, educação e proteção. Assim, a infância surge enquanto fenômeno que acompanha o processo de uma burguesa mais consciente de si, em concomitância com a expansão da indústria e suas técnicas, sendo, portanto, redigida por interesses ambiciosos em que o capital faz parte da sua estrutura base.

É a partir desses moldes que Schérer (2009, p. 18) aborda a questão da exigência da “pedagogização integral”, a qual atribui um sistema de infância regado a suas prerrogativas, assim como os deveres e condutas dos adultos. Nesse sentido, deve-se considerar que a

infância é redigida por adultos que imergem suas crianças a um determinado tratamento, o qual é convencionado a uma cultura de determinada sociedade. Logo, se a cultura de um povo, consolidada na idade adulta, é pautada em ambições fomentadas pela indústria e acentuadas pelo capitalismo, tem-se, com efeito, a conduta da criança moldada a partir dessas mesmas ideias.

Desse modo, ao observar as formas de controle do trabalho, da produção de conhecimento, da cultura e da subjetividade, compreende-se algumas das dimensões que estruturam o sistema moderno/colonial. Os ideais que regem a modernidade constroem um discurso pautado em princípios progressistas, na organização de instituições e no estabelecimento de moldes civilizatórios que orientam a vida social. No entanto, esse mesmo processo caminha, simultaneamente, com um projeto de invisibilização e subordinação.

Segundo Walter Mignolo (2017), essa contradição se concretiza por meio da “outra face” da modernidade, ou de seu “lado mais obscuro”. Isso ocorre porque as estruturas da modernidade não organizam apenas relações econômicas e políticas, mas também legitimam determinadas formas de pensar e de experimentar a vida social. Nesse contexto, percebe-se que a colonialidade também atravessa a infância, considerando que determinadas experiências infantis são socialmente legitimadas porque lhes são dados os recursos para a garantia de sua proteção e exercício de seus direitos, enquanto outras permanecem invisibilizadas ou marginalizadas.

Assim, nota-se que o sistema mundo ocidental partilha de um declive que “oferece com uma mão o que já roubou com a outra em seu percurso rumo à ordem colonial-moderna da cidadania individual” (Segato, 2021, p. 90). Nesse sentido, a crítica apontada pela autora mostra as contradições que estruturam a própria promessa de universalidade dos direitos, de modo que, tal dinâmica, deixa explícito como diversas crianças têm suas vivências atravessadas por transgressões, não tendo o acesso pleno à experiência que o próprio mundo moderno define como infância.

Essa relação é intensificada quando se trata de infância de meninas, especialmente àquelas que além de marcadas pela condição do gênero são atravessadas também pelas relações de raça e classe. Nesse certame, Lélia Gonzalez aborda como é necessário insistir na percepção problemática no quadro de desigualdades sociais, raciais e de gênero que se delineiam no continente latino-americano. A antropóloga discute que

O duplo caráter da sua condição biológica – racial e sexual – faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Justamente porque este sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo, dada sua posição de classe (Gonzalez, 2020, p.142).

A partir dessa perspectiva, observa-se que, quando se trata de meninas negras situadas em contextos de vulnerabilidade social, soma-se a esses três fatores — raça, gênero e classe — um quarto elemento de atravessamento: a própria condição infantil. A infância, nesse caso, não se configura apenas como uma etapa da vida, mas como uma dimensão que intensifica a exposição a relações de dependência e vulnerabilidade. Desse modo, a experiência dessas meninas é marcada por um entrecruzamento de desigualdades que evidencia como determinados sujeitos são inseridos precocemente em estruturas sociais que limitam o acesso pleno às vivências associadas à infância, sendo sujeitas a responsabilidades. Sendo essas desligadas ao pleno funcionamento de um conceito instituído e demarcado pela modernidade, essas são, então, atravessadas pela colonialidade.

A partir desse desdobramento, percebe-se que as desigualdades produzidas pela colonialidade não apenas restringem o acesso a direitos, mas também redefinem as temporalidades da infância. Em contextos de vulnerabilidade, atravessados por raça e gênero, muitas crianças são inseridas precocemente em responsabilidades, violências e dinâmicas de sobrevivência próprias do universo adulto. Constituem-se, assim, as “infâncias negadas”, categoria empregada neste artigo, para designar trajetórias em que a infância protegida não se concretiza e a maturidade precoce é imposta pelas condições materiais e sociais, antecipando papéis tradicionalmente associados à vida adulta.

Nessa perspectiva, as “infâncias negadas” aproximam-se da ideia de infâncias que não podem ser, isto é, de experiências infantis cuja realização é estruturalmente impedida pelas relações de colonialidade, pelas desigualdades de gênero, raça e classe e pelas condições materiais de existência. Não se trata apenas da interrupção da infância, mas da impossibilidade de que ela se constitua plenamente segundo as promessas universalizantes da modernidade.

Dessa maneira, a literatura, como mecanismo de reflexão artístico e social, torna-se um espaço privilegiado para observar como essas estruturas se manifestam na experiência concreta das crianças. É nessa conjuntura que se visualiza a trajetória de Josi, protagonista do conto *Longe de Mim* (2019), de Lindevania Martins. A narrativa conta a história de uma menina que

convive apenas com sua mãe — sendo, portanto, uma família constituída por uma mãe solo —, de modo que ambas buscam alternativas de sobrevivência diante das dificuldades, aproximando a criança precocemente das responsabilidades e violências próprias do mundo adulto, o que comprova como as desigualdades estruturais restringem a experiência da infância. É sob essa perspectiva que a análise do conto será desenvolvida na seção seguinte, buscando compreender como a literatura evidencia as marcas da colonialidade na experiência da infância.

3 Entre mãe e filha: heranças de violência e gestos de ruptura

A análise desenvolvida nesta seção parte da compreensão de que a narrativa é construída sob focalização interna, uma vez que os acontecimentos são apresentados a partir da percepção de Josi, narradora-protagonista da história. Ao restringir o acesso do leitor à experiência subjetiva da menina, o conto faz com que a violência seja apreendida gradualmente, à medida que a própria personagem busca compreender as situações que presencia e vivencia.

Essa escolha narrativa impede uma visão totalizante dos acontecimentos e produz um efeito de aproximação entre leitor e protagonista, permitindo que a perda da infância seja percebida não como um dado previamente estabelecido, mas como um processo que se revela ao longo da narrativa. Desse modo, a voz narrativa não apenas relata os episódios de violência, mas também constitui um elemento fundamental para a construção da crítica às estruturas patriarcais e coloniais que atravessam o cotidiano das personagens.

3.1 Herança, cuidado e adultização precoce

O conto *Longe de Mim*, de Lindevania Martins, constrói uma narrativa em que a infância deixa de configurar um espaço de proteção para tornar-se um território atravessado por violências estruturais. A partir da trajetória de Josi, uma menina de dez anos que vive com a mãe, Rosana, a obra revela como o ambiente doméstico pode converter-se em um espaço de reprodução das relações patriarcais e da colonialidade do gênero. Nesse cenário, a sucessiva presença de figuras masculinas na casa, sobretudo a chegada de Fernando, intensifica a violência e desloca a protagonista para responsabilidades e experiências incompatíveis com sua condição infantil. Assim, a narrativa revela como a negação da infância se articula às

desigualdades de gênero, raça e classe, constituindo o eixo central da experiência vivida pela personagem.

Desde o início da narrativa, a protagonista é colocada em uma posição que desafia os limites convencionais da infância. Após o desaparecimento de Tio Paulo, a menina passa a assumir responsabilidades que pertencem ao universo adulto. A própria narradora relata que, diante da ausência masculina e do abatimento da mãe, “coube a mim fechar as portas escancaradas do guarda-roupa e recolher os cabides vazios” (Martins, 2019, p. 5). Em outro momento, evidencia-se ainda mais essa transferência de responsabilidades quando Josi afirma: “mais tarde, fiz a comida que ela não quis” (Martins, 2019, p. 6). Esses episódios revelam uma reorganização das funções no interior da casa, na qual a criança passa a ocupar o lugar de cuidado e sustentação emocional do núcleo familiar.

Essa inversão de papéis torna-se explícita quando a narradora reconhece que, ao abraçar a mãe fragilizada, “parecia tanto ser eu a mãe e ela a filha” (Martins, 2019, p. 6). Tal passagem evidencia um processo de adultização precoce, no qual a infância é progressivamente atravessada por responsabilidades, medos e experiências que pertencem ao universo adulto. Como observa Heleieth Saffioti (2001), o patriarcado não se sustenta apenas por meio de instituições formais, mas também através de práticas cotidianas que naturalizam a desigualdade e organizam a divisão de papéis dentro da família. A partir disso, a experiência de Josi revela como o espaço doméstico pode se tornar um ambiente de reproduções hierárquicas, impondo às meninas responsabilidades e formas de vigilância emocional que comprometem a vivência plena da infância.

Esse processo de maturidade precoce não ocorre de maneira isolada, mas se relaciona diretamente às condições de vida que estruturam o ambiente familiar. A narrativa apresenta um lar marcado pela instabilidade afetiva e pela presença recorrente de diferentes parceiros masculinos na vida da mãe. Essa dinâmica expõe a menina a situações de constrangimento e violência simbólica, contribuindo para a construção de uma consciência precoce acerca das relações de poder que atravessam o espaço doméstico. Ao questionar a mãe sobre essa sucessão de homens que frequentam a casa, Josi afirma: “Estou cansada de tanto tio” (Martins, 2019, p. 14), revelando não apenas desconforto, mas também uma percepção crítica da instabilidade que caracteriza sua realidade familiar.

A trajetória da mãe, por sua vez, revela indícios de que essas condições não se restringem à experiência da protagonista, mas constituem parte de um padrão de vulnerabilidade

feminina. Rosana aparece marcada por relações afetivas instáveis e por uma dependência masculina que ela própria reconhece como inevitável. Ao ser questionada pela filha sobre a necessidade de trazer homens para dentro de casa, responde de forma categórica: “Uma mulher precisa de um homem” (Martins, 2019, p. 14). A afirmação explicita a internalização de normas sociais que vinculam a sobrevivência feminina à presença masculina, revelando a força das estruturas patriarcais na organização das dinâmicas sociais.

Nesse contexto, a experiência de Rosana pode ser compreendida à luz das dinâmicas da *colonialidade do gênero*. Como observa Lugones (2014), esse sistema de poder organiza as relações sociais a partir de hierarquias que naturalizam a subordinação feminina e limitam as possibilidades de autonomia das mulheres. No conto, tal lógica manifesta-se na forma como a personagem materna internaliza a ideia de que sua sobrevivência depende da presença masculina.

Mais do que uma escolha individual, essa afirmação evidencia a incorporação de expectativas sociais que vinculam a existência feminina à dependência afetiva e econômica. Como aponta Saffioti, “a construção social da supremacia masculina exige a construção social da subordinação feminina” (2001, p. 29), de modo que a identidade feminina passa a ser historicamente produzida em relação ao masculino.

Essa dinâmica torna-se ainda mais evidente na maneira como a mãe orienta o comportamento da menina diante do novo companheiro. Ao perceber o incômodo da filha, Rosana não questiona as circunstâncias que produzem tal situação, mas insiste na necessidade de adaptação e tolerância. Em determinado momento, pede à menina que seja “boazinha” (Martins, 2019, p. 11) com o homem e que tenha “paciência e finja” (Martins, 2019, p. 16). Essa orientação revela a transmissão de estratégias de sobrevivência que implicam silêncio, acomodação e submissão diante da violência masculina.

Tal dinâmica pode ser compreendida à luz das reflexões de Rita Segato (2018), que interpreta a opressão de gênero como parte de uma verdadeira “pedagogia da crueldade”, isto é, um conjunto de práticas sociais por meio das quais se ensina e se naturaliza a desvalorização de determinadas vidas. Conforme afirma a autora, “la pedagogía de la crueldad consiste en todos los actos y prácticas que enseñan, habitúan y programan a los sujetos a transmutar lo vivo y su vitalidad en cosas¹” (Segato, 2018, p. 13). Nesse sentido, a opressão feminina deixa de aparecer

¹ “a pedagogia da crueldade consiste em todos os atos e práticas que ensinam, habitúan e programam os sujeitos a transformar o que está vivo e sua vitalidade em coisas” (Segato, 2018, p. 13).

apenas como um evento isolado e passa a ser compreendida como um processo de aprendizagem social que organiza relações de poder. No conto, essa pedagogia manifesta-se na forma como a protagonista é exposta a situações de agressividade simbólica e física, sendo gradualmente levada a entender — e a internalizar — as regras implícitas que estruturam o poder no interior da família.

Nesse contexto, a relação entre mãe e filha revela uma dinâmica complexa de herança histórica de opressão. Ao mesmo tempo em que Rosana aparece como figura de cuidado e proteção, ela também reproduz práticas e discursos que contribuem para a continuidade das dinâmicas sociais que limitam sua própria autonomia. A menina observa, interpreta e reage a essas experiências, desenvolvendo uma consciência precoce das disparidades que atravessam o ambiente doméstico.

3.2 Violência, colonialidade do corpo e ruptura

A maturidade precoce da protagonista não surge apenas como resposta às circunstâncias imediatas de sua vida, mas como resultado de um processo mais amplo de reprodução histórica das desigualdades de gênero. A narrativa evidencia como determinadas condições associadas à colonialidade do gênero e às estruturas patriarcais tendem a se reiterar no interior da vida doméstica, produzindo continuidades entre as experiências de mulheres de diferentes gerações. Dessa maneira, a infância de Josi torna-se o espaço em que se revela, de forma particularmente contundente, a transmissão geracional de vulnerabilidades, responsabilidades e violências que limitam as possibilidades de uma infância plenamente vivida.

Destaca-se como o espaço da narrativa, focado no ambiente doméstico, constitui a base principal da trama e dos desenlaces do patriarcado, ao envolver a relação entre mãe e filha, e, conseqüentemente, a violação da infância. Nesse sentido, o impacto dessas dinâmicas torna-se ainda mais enfático quando um novo “tio” surge no enredo. Rosana, após a partida de Paulo, inicia um relacionamento com um novo parceiro chamado Fernando, o qual passa a frequentar a casa das duas.

Para compreender a centralidade do espaço doméstico e a presença desse novo personagem no lar, é pertinente recorrer a Saffioti (2001), que identifica o espaço privado como *locus* privilegiado da violência de gênero. Embora essa violência não se restrinja ao âmbito doméstico, é nele que, frequentemente, legitima-se o exercício do poder masculino sobre as

mulheres. Nesse contexto, a inserção dessa figura masculina rompe o vínculo de cuidado entre mãe e filha, pois é no ambiente doméstico que as imposições e violações se consolidam. A apropriação do espaço evidencia essa lógica patriarcal: “Ela já lhe dera a chave e ele se sentia dono de tudo. Entrava quando bem queria, abria a geladeira, deitava no meu sofá” (Martins, 2019, p. 22). Desse modo, a ocupação do lar sem consentimento naturaliza a dominação masculina e reforça a violência cotidiana.

A partir dessa dinâmica já estabilizada, o conto avança para a explicitação de formas mais intensas de violência, comprovando como é na intimidade do lar que tais práticas se tornam, progressivamente, mais brutais. É sob esse viés que a narrativa constrói uma cena em que a violência deixa de ser apenas insinuada e passa a se manifestar de forma direta, sendo, ao mesmo tempo, presenciada e parcialmente compreendida pela criança:

Limpei a mesa de centro. Espanei meu sofá. Pus as garrafas vazias numa sacola e a joguei no lixo. Quando comecei a esticar o lençol sobre o sofá, ouvi gemidos. Parei. Ela já me explicara que aquilo não era nada demais, apenas brincadeira de adultos. Terminei de preparar o sofá e deitei. Foi quando ouvi gritos vindos do quarto dela: era a minha mãe, chorosa, desesperada. (...) Peguei um martelo. Fiz tanto escândalo que, sem outra opção, alguém girou a chave da porta. Num impulso, ergui o martelo com as duas mãos, pronta para golpeá-lo. Ele abriu a porta de uma vez. Estava sem roupa e me assustei tanto, e me espantei tanto, que fiquei paralisada, e ele, sabedor do que se passava comigo, gargalhava e alisava a parte pontuda que saía de si (Martins, 2019, p. 12).

Após o jantar, as responsabilidades de manter o ambiente organizado permanecem com Josi. Essa relação de cuidado evidencia que as tarefas domésticas recaem não apenas na articulação entre papéis de gênero — já que o cuidado com o lar é, dentro do viés patriarcal, associado a uma obrigação feminina —, mas também indica, como já apontado, a responsabilização precoce da criança. Embora exista uma rasura da condição infantil com essas ações corriqueiras, esse quadro é abruptamente quebrado na cena que se segue.

O escutar de gemidos e, posteriormente, dos gritos quebra o clima de naturalização. Apesar de a personagem ser atravessada pela internalização da fala materna que tenta envolver a inocência da criança ao nomear os barulhos como “brincadeira de adultos”, a criança percebe o caráter anômalo da situação. Ao tentar transpor o ambiente de mais intimidade da casa, isto é, o quarto, Josi assume mais uma responsabilização: antes mesmo de entender a situação, ela tenta salvar e proteger a mãe do que estaria acontecendo. No entanto, ao conseguir acessar o quarto, o que se revela não é apenas a confirmação da violência, mas sua intensificação em

outra chave. A exposição do corpo de Fernando inscreve a cena em uma dimensão de humilhação e intimidação que atinge dois horizontes: a relação com a mulher, e, também, a relação com a criança.

Vê-se que a violência que atinge a mãe, configura-se, dentro da dinâmica patriarcal, como pertencente à ordem social e sexual. Conforme Carole Pateman (1993), o *contrato social*² compreende o vínculo entre homens e mulheres, o que implica a formas de acesso legitimadas de subordinação do corpo feminino. Embora na narrativa os personagens não se encontrem formalmente inseridos em um casamento, essa lógica é admitida dentro da relação estabelecida, já que a estrutura da modernidade/colonialidade amplifica o patriarcado ao permitir e legitimar a apropriação ilimitada do corpo feminino, sobretudo quando se trata de corpos femininos negros. Assim, os meandros do sistema colonial, ao permitir os eixos imposição e subordinação em seus extremos, legitima também a violência física contra a mulher.

Segato (2021, p. 91) aborda como as mulheres e as crianças “são sempre escolhidos pelo colonizador para reafirmar a sua superioridade moral”. No que diz respeito à criança do conto, outra potencial vítima da dominação, a violência assume contornos ainda mais complexos. A presença de Josi diante do corpo nu de Fernando, acompanhada de sua reação paralisante e do riso do agressor, configura uma situação de violação, na qual os limites entre o mundo adulto e o infantil são brutalmente rompidos, uma vez que se trata de uma violência que não se limita ao campo físico, mas que opera também nos planos simbólico e psicológico. Nesse sentido, a criança é exposta a uma experiência de cunho violento e sexual, para a qual ela não dispõe de repertório emocional. A cena explicita a negação da infância, uma vez que Josi é inserida abruptamente em uma realidade marcada pela sexualização, pelo medo e pela desproteção, o que atinge maiores proporções ao longo do conto, como se observa no trecho a seguir:

—Está sozinha, garota? (...) É bom porque assim a gente se entende. Só nós dois. (...) —Você é muito bonita, garota. Já é uma mocinha. Daqui a pouco vira mulher. Vai ficar mais linda que sua mãe. Todos os homens vão querer você. Assim como eu agora. (...) — Nunca gostei de mulher com filho. Dá muito trabalho. Mas filha é outra história. Ele passou a mão grossa pelos

² Pateman (1993) discorre como as diferenças sexuais, culminam em uma ligação de liberdade *versus* sujeição, de modo que o casamento compreende um pacto social/sexual que elucida o direito masculino sobre as mulheres, em que a concepção contratual pressupõe a ideia do indivíduo (sendo o homem o único sujeito do convívio considerado como indivíduo social) como proprietário que tem acesso legitimado e ilimitado à sua propriedade (no caso, a mulher).

meus cabelos compridos, pelos meus ombros. Pelos botões da minha blusa. Estremeci —Tremeu. Gostou da mão do tio, não foi? Aposto que está gostando. Aposto que vai ficar mais safada que sua mãe – e chegou o rosto mais perto do meu, beijando meu pescoço. Sem pensar em mais nada além de me livrar dele e aproveitando que se encontrava agachado, o empurrei de vez contra o chão e sai para a calçada (Martins, 2019, p. 17-18).

O enredo demonstra, uma vez mais, a questão de que é no ambiente privado que a violência se sedimenta — já que é enfatizado o fato de a criança estar sozinha em casa—, o que propicia um cenário ainda mais grave de sexualização do corpo infantil.

À luz da perspectiva de Lugones (2020), é possível apreender que essa violência não se configura como um evento isolado, mas como expressão de uma proposição histórica que produz determinados corpos como disponíveis à exploração. A autora aponta que a colonialidade de gênero institui um dimorfismo biológico e uma hierarquização que desumaniza, sobretudo, mulheres racializadas, frequentemente percebidas como corpos abertos, sexualmente disponíveis e destituídos de proteção. Maldonado-Torres (2018) também explicita essa coerção ao evidenciar que o imaginário colonial construiu uma visão das mulheres de cor associada à hipersexualização, inserindo-as em uma “tradição pornô-tropical”, na qual são representadas como naturalmente promíscuas e disponíveis ao desejo masculino.

Essa “tradição” se atualiza na cena analisada, especialmente na fala de Fernando ao afirmar que Josi “já é uma mocinha” e que “todos os homens vão querer” seu corpo. Ao projetar sobre a criança uma sexualidade que não lhe pertence, o agressor não apenas antecipa sua inserção em uma economia de desejo masculina, mas a inscreve em uma tradição de objetificação que remonta às estruturas coloniais.

A colonialidade do gênero torna-se ainda mais evidente na afirmação de que, embora o agressor não goste de mulheres com filhos, a “filha é outra história”. Tal enunciado explicita a percepção do corpo feminino — mesmo em sua dimensão infantil — como acessível, permissível e vulnerável. Desse modo, observa-se que a infância, ainda que a concepção moderna esteja associada ao cuidado e à preservação, ela não se efetiva de maneira universal. Interpelada por atravessamentos de gênero, raça e condição social, a experiência de Josi revela uma infância capturada por relações de dominação, o que reitera sua negação enquanto sujeito de direitos, remetendo, ainda, à configuração socialmente recorrente da relação entre padrasto e enteada, historicamente atravessada por práticas de abuso e silenciamento.

Assim, a reação de Josi, ao empurrá-lo e fugir, pode ser lida como um gesto de (re)existência que, ainda que pontual, tensiona a dominação. Sua fuga rompe, momentaneamente, com a tentativa de captura de seu corpo e de sua subjetividade, evidenciando que, mesmo em contextos profundamente marcados pela violência, há fissuras pelas quais se manifestam práticas de recusa e sobrevivência. É esse encaminhamento de (re)existência que culmina o final do conto:

—A culpa é sua, Fernando. Você demorou demais. —Sua puta! Vadia! Ele jogou todo o macarrão em cima dela. Não sei o que tinha, que ela o xingou de volta: —Putá é a sua mãe! Ele levantou da mesa. Começou a esfregar o resto do macarrão no rosto dela, forçando-a a abrir a boca e enchendo-a tanto que a minha mãe sufocava. O corpo magro dela sem força perto do corpo grande e gordo dele. [...] Eu corri. Não sei porque fugi e deixei minha mãe sozinha com ele. Mas corri tanto, e com tanta força, que em pouco tempo estava longe dali. (...) Quando voltei, assustada com o cair da noite, minhas pernas não tremiam mais. (...) Acompanhei seu olhar e me deparei com o corpo dele caído ao chão, o caminho vermelho acabando junto de si. Sujo de sangue, permanecia imóvel. Compreendendo o que se passara, de súbito, senti uma confiança, uma alegria, uma vontade de sorrir. Perguntei baixinho:

—Foi difícil? —Foi. Meu vestido se prendeu no botão da calça dele.(...)

—Posso ajudar você a empurrar - ofereci. —Não precisa.

—E como você fez? —Usei a faca da cozinha. Aquela grande. (Martins, 2019, p. 30).

Após mais um episódio de violência física, o qual se deu devido à reclamação de uma comida que já estava fria, o desfecho do conto radicaliza a dinâmica de opressão. No ápice da violência, que uma vez mais encontra espaço para se desenvolver no espaço privado, nota-se que o primeiro impulso de Josi é, justamente, fugir desse lugar. Ao não lhe oferecer a devida proteção, há o esvaziamento da criança do ambiente. É nesse contexto que se efetiva a ruptura que tensiona o patriarcado colonial, emergindo, então, uma reação radical da mãe.

Ao retornar, a revelação do corpo de Fernando morto desloca a narrativa de um regime de submissão para um gesto de enfrentamento. A ação de Rosana, ao utilizar a faca da cozinha, um utensílio costumeiramente usado por ela para preparar as refeições do agressor, subverte o espaço doméstico e o ressignifica como território de reação.

Além disso, destaca-se que a reação de Josi diante da cena é marcada não pelo medo, mas por uma confiança alegre. A criança, que ao longo do conto é atravessada pela violência e pela negação de sua infância, passa a participar, ainda que simbolicamente, desse gesto de ruptura, ao se oferecer para ajudar a ocultar o corpo. Tal atitude tensiona os limites entre vítima

e agente, indicando que, mesmo em contextos profundamente marcados pela colonialidade e pelo patriarcado, emergem possibilidades de (re)existência e reapropriação do próprio corpo.

Emerge do conto, portanto, uma *práxis* que tensiona e fratura o *lócus* habitual e, por isso, pode chocar. Desse modo, a ação que transcorre dentro das possibilidades da situação da trama, emerge como resposta e uma saída à colonialidade, fomentando, então, em uma prática de decolonizar o gênero, na medida em que rompe com a naturalização da submissão feminina, já que para efetivar o giro decolonial,

A lógica que segue não é consentida pela lógica do poder. O movimento desses corpos e relações não se repete a si próprio. Não se torna estático e fossilizado. (...) A partir do *lócus* fraturado, o movimento consegue manter modos criativos de reflexão, comportamento e relacionamento que são antitéticos à lógica do capital. (Lugones, 2014, p. 948)

A narrativa finaliza-se, então, com a partida das protagonistas: “Fomos a pé até a rodoviária (...) Levava Nina, molhada, e o quebra-cabeças que tio Paulo me dera numa sacola. (...) Da janela do ônibus, mais tarde, vi a cidade sumindo.” (Martins, 2019, p. 32). Deixando a cidade e marcada por experiências de violência, ao carregar os brinquedos, Josi preserva elementos que remetem à sua infância, sinalizando que, apesar das rupturas, essa ainda se encontra em processo. Desse modo, a narrativa revela que, mesmo em contextos profundamente atravessados pela colonialidade, patriarcado e negação da infância, emergem formas ambíguas e complexas de (re)existência. Tais formas não restauram plenamente a ordem, mas tensionam e deslocam a ordem que historicamente relegou esses corpos à condição de subalternidade, o que permite compreender o desfecho do conto como um gesto de ruptura passível de leitura à luz da perspectiva decolonial.

Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidenciou que a narrativa de *Longe de Mim* não se limita à representação de experiências individuais de violência, mas se inscreve em uma trama histórica mais ampla, na qual se articulam colonialidade, patriarcado e desigualdades interseccionais, como defendido por Lugones (2020). Ao deslocar o foco interpretativo para além

da dimensão episódica dos acontecimentos, depreende-se que as vivências das personagens são atravessadas por estruturas duradouras que organizam e condicionam suas existências.

Nessa perspectiva, a colonialidade do gênero configura-se como uma chave interpretativa decisiva para o entendimento não apenas da persistência, mas da atualização cotidiana de formas de subordinação feminina, especialmente no interior do espaço doméstico. A casa, longe de constituir um espaço neutro ou protetivo, revela-se como um território de reprodução de hierarquias, no qual se reiteram práticas de controle, silenciamento e violência. É nesse cenário que a infância de Josi é progressivamente deslocada, dando lugar a uma experiência marcada pela antecipação de responsabilidades e pela exposição precoce a dinâmicas que lhe são estruturalmente impostas. A maturidade precoce, nesse sentido, não se configura como desvio ou exceção, mas como efeito dessas mesmas estruturas, que reorganizam as temporalidades da vida e impõem às meninas experiências próprias do universo adulto.

A noção de “infâncias negadas”, articulada, neste trabalho, à ideia de infâncias que não podem ser, permite confirmar que a infância, tal como concebida pela modernidade, não se realiza de maneira universal. Trata-se, antes, de uma experiência historicamente condicionada, cuja efetivação depende de marcadores sociais que distribuem desigualmente proteção, cuidado e reconhecimento. A trajetória da protagonista explicita como gênero, raça e classe operam conjuntamente na produção desigual das próprias condições de possibilidade da infância, de modo que o direito de a viver é sistematicamente tensionado, quando não interrompido.

Por outro lado, a narrativa também permite vislumbrar fissuras nesse sistema de dominação. Ainda que inscritas em um contexto de violência, as ações finais das personagens introduzem uma dimensão de ruptura que desloca, ainda que provisoriamente, a lógica de submissão que as aprisiona. Trata-se de gestos que não restauram uma ordem idealizada, mas tensionam as estruturas que historicamente sustentam a opressão. Nesse movimento, a literatura afirma-se não apenas como espaço de denúncia, mas como campo de elaboração de possibilidades — ainda que precárias — de (re)existência.

Por fim, ao articular literatura e pensamento decolonial, este estudo buscou explicitar que as infâncias atravessadas pela colonialidade do gênero não são apenas negadas, mas estruturalmente impedidas de se realizar. Pensá-las, portanto, implica reconhecer os limites das promessas universalizantes da modernidade, ao mesmo tempo em que exige a construção de

outras possibilidades de existência — nas quais viver a infância deixe de ser um privilégio e passe a constituir, de fato, um direito.

CRedit
Reconhecimentos: Não é aplicável.
Financiamento: Não é aplicável.
Conflitos de interesse: Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
Aprovação ética: Não é aplicável.
Contribuições dos autores:
SILVA, Patricia de Sousa Conceitualização, Curadoria de dados, Análise formal, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Supervisão, Validação, Visualização, Escrita - rascunho original, Escrita - revisão e edição.
CORDEIRO, Deyse Gabriely Machado Brito Conceitualização, Curadoria de dados, Análise formal, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Supervisão, Validação, Visualização, Escrita - rascunho original, Escrita - revisão e edição.

Referências

- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. (Org.) RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado*. 1. ed. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2019.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.
- _____, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. 53-83.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- MARTINS, Lindevania. *Longe de Mim*. Buenos Aires: Editora Martins, 2019.
- MIGNOLO, Walter. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. *Revista brasileira de ciências sociais*. vol. 32, n. 94, 2017.
- PATEMAN, Carole. *O Contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- POZZER, Suzan A. *Infância e (de)colonialidade: reflexões sobre a formação humana*. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, p. 117-142.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos pagu* (16) 2001: pp.115-136.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Estudos da infância e sociedade contemporânea: desafios conceituais. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, ano XX, n. 21, p. 15-44, jan./jun. 2009

SCHÉRER, Renè. *Infantis*: Charles Fourier e a infância para além das crianças. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira – Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2009.

SEGATO, Rita. *Contra-pedagogías de la crueldad*. 1. ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

_____, Rita. Gênero e colonialidade: do patriarcado comunitário de baixa intensidade ao patriarcado colonial-moderno de alta intensidade. In: *Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.